

DESAFIOS DA AVIAÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA



SINDICATO
NACIONAL
DAS EMPRESAS
DE AVIAÇÃO
AGRÍCOLA



Segurança
Alimentar
Proteção da Lavoura

   
www.sindag.org.br



Sobre o SINDAG

- Fundado em 1991;
- Função de representar setor;
- 153 empresas sócias;
(14 estados)
- Sede em Porto Alegre/RS





2^a maior frota de aviações agrícolas do mundo.
72 milhões de hectares atendidos/ano.



Estado	Aeronaves
Mato Grosso	464
Rio Grande do Sul	427
São Paulo	314
Goiás	277
Paraná	136
Mato Grosso do Sul	114
Bahia	88
Minas Gerais	83
Tocantins	45
Maranhão	25
Alagoas	23
Rondônia	18
SC, DF, PI, RR, RJ, PE, ES, AM, AC	15, 15, 13, 11, 10, 6, 3, 2, 2

Imagens relacionadas ao setor

FÓRUM NACIONAL DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS AGROTÓXICOS



SINDAG
SINDICATO
NACIONAL
DAS EMPRESAS
DE AVIAÇÃO
AGRICOLA

PULVERIZAÇÃO AÉREA É CRIME!

Os agrotóxicos podem ser aplicados de diversas formas, mas uma delas é especialmente perigosa: a **Pulverização Aérea**, em que o veneno é despejado por avião. Como não se tem controle sobre o vento, o agrotóxico se espalha por vários quilômetros, contaminando rios, florestas, plantações orgânicas e todas as pessoas que estiverem ao redor.

Como a sede de lucro dos ruralistas não tem limites, eles querem pulverizar de avião também nas cidades, com a desculpa de combater o mosquito da Dengue. Isso só vai tornar o mosquito mais resistente, e colocar em perigo toda a população. Um dos agrotóxicos utilizados será o **Malathion**, classificado como provavelmente cancerígeno para humanos.

A pulverização aérea tem sido usada como **arma química** contra indígenas e populações do campo. Exigimos o fim da pulverização aérea no campo e na cidade!



Para informações e contato:
<http://contraosagrotoxicos.org>
contraosagrotoxicos@gmail.com



FÓRUM

NACIONAL

DE COMBATE AOS IMPACTOS DOS
AGROTÓXICOS E TRANSGÊNICOS



PROJETOS DE PROIBIÇÃO DA ATIVIDADE NO BRASIL

Projetos de Lei estaduais em tramitação

- ✓ 13 estados
- ✓ 16 PLs criam restrições/proibição
- ✓ 1 PL favorável

	Nº do PL	Deputado Autor	O que propõe em relação à aviação agrícola	Tramitação
RS	263/14	Edegar Pretto (PT)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Em apreciação pela CCJ. <i>Relator: Dep. Lucas Redecker (PSDB)</i>
SC	0444.3/17	Cesar Valduga (PCdoB)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Distribuição: CCJ; CFT, CAPR; CS Em apreciação na CCJ <i>Relator: Dep. Mauro de Nadal (MDB)</i>
PR	2/18	Tadeu Veneri (PT)	Proíbe a pulverização aérea de defensivos	Distribuição: CCJ; Agricultura; Meio Ambiente <i>Em apreciação na CCJ</i>
RJ	1.804/16	Renato Cozzolino (PR)	Proíbe a pulverização aérea de defensivos agrícolas	Distribuição: CCJ; CAPPBP; CEIC; COFFFC <i>CCJ: Relator Dep. Carlos Minc (PSB)</i>
MG	4.652/17	Gilberto Abramo (PRB)	Autoriza o Poder Executivo estadual a revisar as normas sobre a pulverização aérea de agrotóxicos (art. 7º- XII)	Distribuição: CJU; AAG <i>CJU: aguarda parecer. Relator: Dep. Durval Ângelo (PT)</i>

SP	146/04	Valdomiro Lopes (PSB)	Fixa critérios para pulverização aérea: distâncias mínimas de cursos d'água etc	Aprovado nas CCJ; CFO; CAPE. Pronto para Ordem do Dia desde set/05
	405/16	Afonso Lobato (PV)	Proíbe a pulverização aérea de defensivos agrícolas	Distribuição: CCJR; CMADS; CAE; CFOP. Aprovado na CCJR CMADS: Parecer favorável do Dep. Fernando Capez (PSDB) <i>Vistas concedidas</i>
	22/18	Luiz Carlos Gondim (PTB)	Veda a pulverização aérea de defensivos onde haja colmeias e apiários	Distribuição: CCJR; CMADS; CFOP. CCJR: Devolvido pelo relator, Dep. Geraldo Cruz (PT), que propõe juntada ao PL 405/16
	63/16	Igor Soares (Podemos)	Autoriza a pulverização aérea no combate ao <i>Aedes aegypti</i>	Distribuição: CCJR; CS; CFOP CCJR: aprovado com parecer do Dep. Roque Barbiere CS: parecer contrário do Dep. Carlos Neder (PT). Aprovado Voto em Separado, favorável ao projeto, do Dep. Itamar Borges (PMDB). CFOP: em apreciação. Relator Dep. Enio Tatto (PT), com parecer favorável. <i>Vistas concedidas</i>

BA	21.314/15	Marcelino Gallo (PT)	Proíbe a pulverização de agrotóxicos por aeronaves	Distribuição: CCJ; CMASRH; CAPR; CSS; COFT CCJ – Relator: Dep. Alan Castro (PSD).
AL	239/16	Jó Pereira (MDB)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Pronta para Plenário, com parecer da CCJ pela rejeição
CE	18/15	Renato Roseno (PSOL)	Veda a pulverização aérea de agrotóxicos	Distribuição: CCJR; CA; CMADS; CICTS; CTASP; COFT Aprovado nas cinco primeiras Comissões COFT – Relator: Dep. Leonardo Pinheiro (PP), com parecer pela rejeição
PI	20/15	Francisco Limma (PT)	Proíbe o uso de aeronaves nas pulverizações de agrotóxico	Distribuição: CCJ: Relator: Dr. Hélio Oliveira (PR), desde março de 15
	55/18	Robert Rios (PDT)	Proíbe a pulverização aérea de defensivos em áreas com colmeias e apiários	Distribuição: CCJ Relator: Dep. Rubem Martins (PSB)

AP	55/2016	Paulo Lemos (PSOL)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Encontra-se na CJR desde março/16
RO	751/17	Lázaro Aparecida Dobri (PT)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Em tramitação na CCJR <i>Relator: Dep. Jesuíno Boabaid (PMN)</i>
MS	022/17	Amarildo Cruz (PT)	Estabelece distâncias mínimas das povoações, cursos d'água etc., bem como limitações de produtos e obrigações às empresas aéreas	Distribuição: CCJR; de Serviços Públicos, Obras, Transportes, Infraestrutura e Administração; e de Trabalho, Cidadania e Direitos Humanos CCJR: Dois pareceres: um contrário (Dep. Beto Pereira – PSDB, relator) e outro favorável ao PL (Dep. Pedro Kemp – PT) Aguardando Ordem do Dia para votação

✓ Projetos de lei municipais em
tramitação

✓ Leis estaduais e municipais vigentes

Projetos de Lei municipais em tramitação: 2

Município	Nº do PL	Vereador autor	O que propõe em relação à Aviação Agrícola	Tramitação
São Mateus (ES)	10/17	Paulo Chagas (PT)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Tramitando nas Comissões
Ribeirão Preto (SP)	265/17	Paulo Modas (PROS)	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos	Em tramitação

Leis estaduais aprovadas: 6 estados – 7 leis

UF	Nº da lei	O que estabelece em relação à Aviação Agrícola
GO	20.025/18	Fixa as mesmas distâncias mínimas da IN 02, do Mapa
MG	18.028/09	Autoriza que órgãos de agricultura e de meio ambiente estabeleçam normas técnicas (e distâncias) nas aplicações aéreas de agrotóxicos
DF	2.124/98	Veda a aplicação aérea de agrotóxicos, exceto em casos excepcionais (extensão da área e tipo de praga). Restrita às Classes III e IV
	5.344/14	Proíbe a aplicação aérea de agrotóxicos na área da APA da Bacia do Rio São Bartolomeu
AP	2.246/17	Dispõe sobre agrotóxicos. Obriga o cadastramento das empresas que prestem serviços de aplicação de agrotóxicos
CE	12.228/93	Dispõe sobre agrotóxicos. Obriga o registro das empresas que prestem serviços de aplicação de agrotóxicos
AC SINDAG	2.843/14	Dispõe sobre agrotóxicos. Determina o respeito à legislação federal sobre Aviação Agrícola. Estabelece distância mínima de cidades

Leis municipais aprovadas: 11

Município	Nº da lei	O que estabelece em relação à Aviação Agrícola
Vila Valério (ES)	550/11	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos
Nova Venécia (ES)	3.121/11	Proíbe pulverização aérea de agrotóxicos
Boa Esperança (ES)	1.649/17	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos
Jataí (GO)	3.746/15 (alterou a Lei 3.403/13)	Proíbe aplicação aérea de agrotóxicos num raio de 1km das áreas urbanizadas. Estabelece parâmetros meteorológicos para as aplicações aéreas
Pratânia (SP)	503/12	Proíbe as pulverizações aéreas de agrotóxicos
Uchoa (SP)	3.610/15	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos
Lagoa da Prata (MG)	1.646/08	Proíbe lançamento de agrotóxico e congêneres por via aérea
Luz (MG)	1.764/09	Proíbe pulverização aérea de defensivos e congêneres
Abelardo Luz (SC)	1.454/01	Proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos num raio de 2km do perímetro urbano
Campo Magro (PR)	1.011/17	Proíbe a pulverização aérea de defensivos
Limoeiro do Norte (CE)	1.511/10	Revoga a Lei 1.478/2009, que proibia a pulverização aérea, e estabelece várias normas de aplicação.

Projetos de Lei rejeitados/arquivados

Projetos de Lei estaduais rejeitados/arquivados: 6

Estado ou Município	Nº do PL	O que estabelecia em relação à Aviação Agrícola	Situação
Paraná	651/12 – Luiz Cheida	Proibia a pulverização aérea de defensivos	Arquivado por inconstitucionalidade
Ceará	134/11 – Heitor Férrer	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado
Sergipe	122/12 – João Daniel	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado
Distrito Federal	234/07 – Pedro Passos	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado
Minas Gerais	2.192/15 – Rogério Corrêa	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado por inconstitucionalidade
Espírito Santo	Padre Honório (PT)	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado

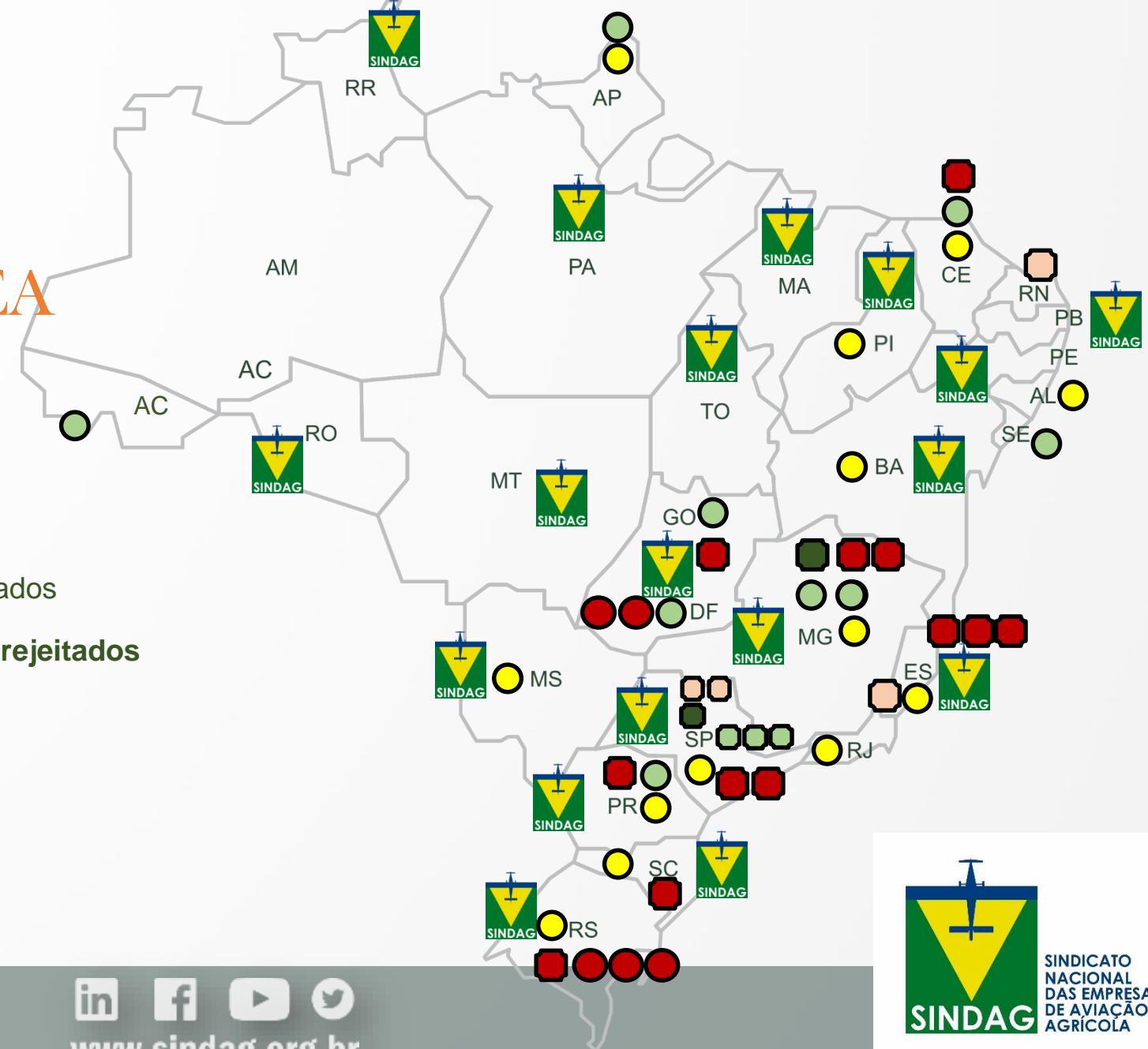
Projetos de lei municipais rejeitados/arquivados: 6

Estado ou Município	Nº do PL	O que estabelecia em relação à Aviação Agrícola	Situação
Três Corações (MG)	20.444/14 – Francisca Lodonha	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado/retirado
Tanabi (SP)	067/17 – Fabrício Donizeti Geraldo	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Retirado
São Manuel (SP)	01/13 – Letícia Castaldi	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Arquivado
Araraquara (SP)	218/17 – Edio Lopes (PT)	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Rejeitado
Americana (SP)	53/17 – Professor Padre Sérgio	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Rejeitado
	39/17 – Professor Padre Sérgio	Proibia a pulverização aérea de agrotóxicos	Retirado a pedido do autor

Mapa dos PROJETOS DE LEI PROIBIÇÃO DA PULVERIZAÇÃO AÉREA

Legenda

-  18 Estados com **Aviação Agrícola**
 -  16 Projetos de **Proibição Estaduais** em 13 Estados
 -  9 Projetos Estaduais que foram **arquivados ou rejeitados**
 -  5 Restrições aprovadas em APAs
 -  12 Municípios com **proibição**
 -  4 Municípios com proibição **em andamento**
 -  3 Municípios com PL **rejeitado**
 -  2 Municípios com PL **retirado**





sindag@sindag.org.br



www.sindag.org.br

